Dossiê Fundações

Nas páginas seguintes publicamos a segunda parte do dossiê sobre as fundações privadas que atuam na USP, iniciado na edição anterior. Os presentes textos tratam de instituições vinculadas à Escola Politécnica, à Escola de Comunicações e Artes e à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, mas também da FUSP, formalmente desvinculada de unidades. São novas informações, baseadas em documentos das próprias fundações, bem como entrevistas com seus representantes e com o promotor público encarregado de fiscalizá-las.

Índice da segunda parte do Dossiê

41 Convênio com Inmetro garante 1/3 das receitas da Vanzolini
46 Entrevista com o professor Afonso Fleury: "O Departamento apresenta um orçamento no fim do ano, e nós viabilizamos", diz presidente

50 Os mistérios da Fundac
54 Entrevista com o professor Tupã Gomes Corrêa, presidente da Fundac: "Invasão de privacidade"

56 O Ano de Ouro das Fundações Privadas
60 Fipe é "empresa líder" em consórcio com a FIA para Auditoria do Censo Escolar

63 Entrevista com o promotor Paulo Palma, da Curadoria das Fundações: "Se a atividade lucrativa impera, é condenável"

67 Conflito de interesses marca relação entre USP e fundações
70 Politécnica, Cecae e Escola do Futuro receberam maiores repasses da FUSP
71 Quanto vale a marca USP?
72 "Autonomia em relação ao governo e ao mercado", pedem estudantes
75 Em 1994, Departamento de Economia disputou Instituto com a Fipe

78 Entrevista com o professor Guilherme Ary Plonski: "Não existe conflito de interesses entre Cecae, Vanzolini e FIA"

Convênio com Inmetro garante 1/3 das receitas da Vanzolini

Antônio Biondi, José Chrispiniano e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Equipe da Revista Adusp

Fundação teve receita total de R$ 12,5 milhões em 2000, mas repasse à USP ficou entre 3,7% e 5,8% desse valor. Cerca de 1/3 da receita provém da certificação de qualidade de sistemas e produtos, delegada pelo Inmetro, órgão federal

Fotos: Daniel Garcia

A Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV, ou simplesmente Fundação Vanzolini), ligada ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, aufere expressivas receitas com a certificação de sistemas e produtos.

O Inmetro, órgão do governo federal, credenciou a FCAV como organismo certificador em 1990. A certificação de sistemas e produtos responde por cerca de 1/3 das receitas atuais da fundação. O repasse ao Inmetro é pouco superior a 10% do valor arrecadado com as certificações.

Por outro lado, os repasses da FCAV à USP não superam 4% da receita total da fundação, de acordo com levantamento baseado nos dados da própria instituição, ou 6% segundo os dados da Escola Politécnica e do Departamento de Engenharia de Produção. Os números do Departamento discrepam dos números da fundação.

Em 2000, a FCAV arrecadou R$ 12,5 milhões com atividades como a certificação, a realização de cursos pagos e outras, mas sua contribuição à USP foi de R$ 468.870,93 (3,7% da receita total) conforme levantamento da Revista Adusp, ou de R$ 772.504,28 (5,8%) segundo levantamento da Escola Politécnica. Nos anos anteriores os percentuais de repasse foram ainda menores.

Os dados financeiros oficiais da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, que constam das demonstrações contábeis anuais apresentadas à Curadoria das Fundações do Ministério Público Estadual e registradas em cartório, desmentem cabalmente a afirmação, sempre repetida com ênfase pelos dirigentes de fundações, de que essas instituições privadas dão expressiva contribuição financeira à USP e às suas unidades — e de que o apoio à universidade seria a principal finalidade de tais instituições.

TABELA 1 - FUNDAÇÃO VANZOLINI
receitas x contribuições à USP
segundo dados da própria fundação

ANO	RECEITA (milhões de R$)	Contribuição à USP* (milhões de R$)	Percentual da contribuição sobre a receita
1997	**11,20**	não consta	não consta
1998	**9,54**	**0,251**	**2,6%**
1999	**10,96**	**0,362**	**3,9%**
2000	**12,50**	**0,468**	**3,7%**

* Valor que soma as contribuições ao Departamento, à Escola Politécnica e à Reitoria.

Fonte: FCAV, Demonstração do Superávit, Exercício Findo em 31/12/2000.

Em 1997, a rubrica "contribuição Politécnica/ Reitoria" nem aparece nas contas da FCAV, embora desde 1989 estivesse em vigor a Resolução 3533, que definia o recolhimento para a unidade de parte do pagamento recebido por "serviços especiais" prestados por docentes em RDIDP — e que a parte que cabe ao docente não poderia ultrapassar 70% do valor do serviço, salvo em casos excepcionais.

A Resolução 4543 permite taxar atividades de docentes em RDIDP em até 50%. A Politécnica fixou 13%

Mesmo depois que a Resolução 4543 da Reitoria entrou em vigor, em março de 1998, detalhando o recolhimento de percentuais sobre atividades de docentes em RDIDP intermediadas por fundações, a contribuição da FCAV à USP não excedeu sequer 4% do total da receita, nos anos de 1998 a 2000 (**tabela 1**).

Vejamos. Dos R$ 12.507.562,43 arrecadados pela FCAV em 2000, R$ 221.685,84 foram destinados à Politécnica (diretoria) e à Reitoria e outros R$ 247.185,09 foram repassados ao Departamento de Engenharia de Produção. O total das contribuições à USP foi, portanto, de R$ 468.870,93 — ou 3,7% da receita total.

A título de comparação, registre-se que o superávit da fundação nesse mesmo ano foi de R$ 1.454.310,60. Os dados constam das demonstrações contábeis da FCAV (*Demonstração do Superávit Exercício Findo em 31 de Dezembro de*

TABELA 2 - Repasses da FCAV à USP segundo a Poli (valores recolhidos, em R$)

ANO	Reitoria	Diretoria Poli	Departamento	Total
1988	48.379,98	37.653,00	224.109,94	310.142,92
1999	104.563,48	59.671,83	350.801,53	515.036,84
2000	115.112,69	104.926,54	508.433,05	728.472,28
2001*	37.768,13	31.229,58	0	68.997,71
Total	305.824,28	233.480,95	1.083.344,52	1.622.649,75

Fonte: Direção da Escola Politécnica. Obs.: constam da tabela original a rubrica "I. Rui Leme" e os respectivos valores de 42.076,50 em 1999 e 44.032,00 em 2000, fazendo aumentar os totais para 557.113,34 e 772.504,28. Essa rubrica foi retirada e os totais depurados, pois o "I. Rui Leme" é um projeto da Vanzolini.
** até abril*

TABELA 3 - FUNDAÇÃO VANZOLINI

receitas x contribuições à USP, segundo os dados da Escola Politécnica

ANO	RECEITA (milhões de R$)	Contribuição à USP* (milhões de R$)	% da contribuição sobre a receita
1997	11,20	não consta	não consta
1998	9,54	0,310	3,25%
1999	10,96	0,515	4,69%
2000	12,50	0,728	5,82%

**Valor que soma as contribuições ao Departamento, à Escola Politécnica e à Reitoria. Fonte: Direção da Escola Politécnica, 2001.*

2000), devidamente registradas na Curadoria das Fundações.

Nos anos anteriores não houve diferença expressiva nos percentuais de repasse. Em 1998, primeiro ano de vigência da Resolução 4543, a fundação arrecadou R$ 9.203.285,84 em receitas operacionais e R$ 339.055,76 em receitas financeiras (retorno de aplicações), num total de R$ 9.542.341,60, segundo a Demonstração de Resultados do Exercício de 1998. Houve um superávit de R$ 523.820,69 no exercício.

Em 1997, Conselho Curador já debatia o baixo valor das contribuições à Poli

Consta na rubrica "contribuição Politécnica/ Reitoria", no item despesas operacionais, o valor de R$ 86.032,78 (0,90% da receita total). Já a rubrica "Departamento de Engenharia de Produção" acusa o valor de R$ 165.650,06. Somadas, chega-se à cifra de R$ 251.682,84 — equivalente a 2,6% da receita total da fundação naquele ano.

Em 1999, receitas e superávit da FCAV cresceram significativamente. As receitas operacionais alcançaram R$ 10.337.005,17, e as receitas financeiras quase dobraram em relação ao ano anterior, chegando a R$ 629.222,97. A receita total somou R$ 10.966.228,14. O superávit mais que triplicou em relação ao de 1998, alcançando R$ 1.717.967,28.

Apesar dos excelentes resultados, a "contribuição Politécnica/ Reitoria" registrou variação modesta quando comparada ao ano anterior. Foi de R$ 164.137,12 (1,58% da receita total). O Departamento de Engenharia de Produção, por sua vez, recebeu R$ 198.182,66. A contribuição total para a USP, portanto, foi de R$ 362.319,78 — ou 3,9% da receita total da fundação. Os dados constam da *Demonstração de Resultados do Exercício de 1999*.

A direção da Escola Politécnica forneceu, a pedido da Revista Adusp, os dados da unidade relativos às contribuições da FCAV desde 1998. Esse levantamento (**tabela 2**) compreende repasses feitos à Reitoria, à direção da Escola e ao Departamento. As cifras indicadas pela direção da Politécnica não coincidem com as cifras que encontramos nas demonstrações contábeis oficiais da fundação.

Os valores mais discrepantes são aqueles relativos aos repasses da fundação para o Departamento de Engenharia de Produção, ao qual ela está umbilicalmente ligada desde que surgiu. Na planilha fornecida pela Politécnica, na coluna respectiva, consta a ressalva:

"dados fornecidos pelo Departamento".

De acordo com a planilha, em 1998 a FCAV repassou à USP um total de R$ 310.142,92; em 1999, R$ 515.036,84; em 2000, R$ 728.472,28. Esses valores são mais altos do que os encontrados nas demonstrações da fundação. Ainda assim, representam percentual muito pequeno da receita total da fundação: respectivamente 3,25%, 4,69% e 5,82% (**tabela 3**).

As maiores diferenças são encontradas no item Departamento, nos anos de 1999 e 2000. Os repasses informados pela Politécnica, com dados fornecidos pelo Departamento, são de R$ 224.109,94 em 1998; R$ 350.801,53 em 1999; e R$ 508.433,05 em 2000. Já a FCAV informa, nas suas demonstrações contábeis, haver repassado ao Departamento apenas R$ 165.650,06 em 1998; R$ 198.182,66 em 1999; e R$ 247.185,09 em 2000 (**tabela 4**). Em resumo: o Departamento, beneficiário dos repasses, informa ter recebido valores maiores do que os declarados pela fundação, autora dos repasses.

O diretor da Politécnica, professor Antonio Massola, informou que as verbas devidas pela FCAV à USP são recolhidas conforme as portarias DIR100/98 e DIR089/99, assinadas por ele. Elas regulamentam a aplicação, naquela unidade, do teor da Resolução 4543.

Embora tenha como base as decisões tomadas pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) da unidade em reunião de 14 de maio de 1998, a portaria DIR100/98 foi assinada somente em 19 de novembro. O texto estabelece, no artigo 1º, que "os docentes em RDIDP da Escola Politécnica poderão participar em atividades de prestação de serviços à comunidade, como estabelecido nos artigos 15 e 16 do Regulamento dos Regimes de Trabalho", desde que credenciados pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT).

TABELA 4 - QUANTO O DEPARTAMENTO RECEBEU?

Ano	De acordo com a Fundação R$	De acordo com o Departamento R$
1998	165.650,06	224.109,94
1999	198.182,66	350.801,53
2000	247.185,09	508.433,05

Fontes: FCAV, Demonstração do Superávit, Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2000. Direção da Escola Politécnica, 2001.

A portaria, nos artigos 2º e 3º, fixa em 13% a taxa que deverá ser recolhida pela unidade sobre os serviços de assessoria, consultoria, convênios e contratos. No artigo 4º, o percentual de 13% é distribuído da seguinte maneira: 5% "ao Fundo da USP" (Reitoria), 5% ao "departamento que deu origem ao trabalho" e 3% "à Diretoria da Escola Politécnica".

Fundação ocupa salas do Departamento de Engenharia de Produção

A Resolução 4543 estabelece, em seu artigo 1º, que a unidade "*deverá reter no mínimo 10% e no máximo 50%* do numerário recebido pelo docente por participação em atividades previstas nos artigos 15 e 16 da Resolução 3533, modificada pela Resolução 4542, de 20.3.98, recolhendo à Reitoria o equivalente a 5% desse numerário" (grifo nosso). A Politécnica optou por um valor pouco acima do mínimo.

Em 1997, a contribuição da FCAV ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica foi objeto de debate no Conselho Curador da fundação. O tema foi levantado pelo então presidente do Conselho.

"O professor Mauro Zilbovicius considerou excessivo o gasto com administração da Fundação. Quanto à verba para o Departamento de Engenharia de Produção deveria haver uma regra, sugerindo o professor Mauro de 5% do faturamento e o professor [Antonio] Muscat o excedente do CEAI, ou parte dele, podendo ser complementado em situações excepcionais" (*Ata da 31ª reunião extraordinária do Conselho Curador*, 27 de outubro de 1997).

A sigla CEAI designa os Cursos de Extensão e Especialização em

Administração Industrial, uma das principais fontes de recursos da FCAV. Atualmente, porém, a maior fonte de recursos da fundação é a emissão de certificados de qualidade para produtos e sistemas. Em 1999, por exemplo, a receita obtida com os CEAI alcançou R$ 2.068.647,39, ao passo que a certificação de sistemas rendeu R$ 3.671.933,29.

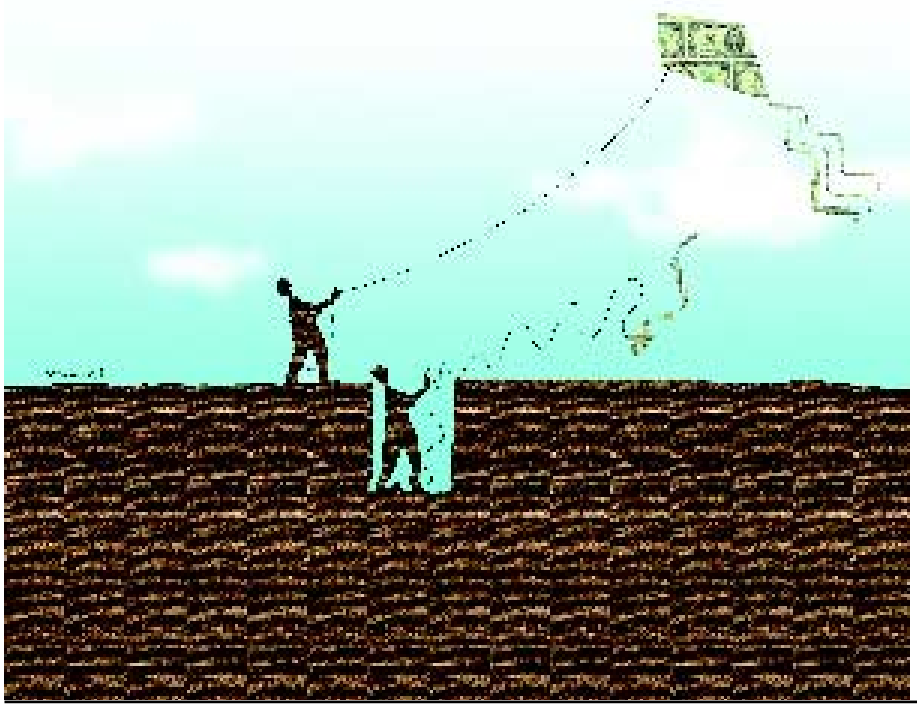
Retornemos ao debate no Conselho Curador: "O professor Mauro sugeriu que com uma verba menos restrita poder-se-ia custear atividades de interesse do Departamento e professores, como o prêmio dado pela FIA a professores que fazem publicações".

Convênio assinado com Inmetro em 1990 abriu caminho para aumento da receita

O diretor-tesoureiro da FCAV, professor Floriano Gurgel, colocou-se contra a proposta do presidente do Conselho: "O professor Floriano disse que o advogado da Fundação Vanzolini recomendou que conste do estatuto o apoio ao Departamento como um dos fins da FCAV. Lembrou também que os 5% teriam que sair dos 20%, o que seria muito".

Ao citar "os 20%", o diretor-tesoureiro provavelmente referia-se à taxa de *overhead*, ou seja, à parte das verbas arrecadadas que é retida pela entidade para custear sua estrutura, gastos de manutenção e suas reservas financeiras.

O último a falar sobre esse ponto na reunião do Conselho, porém, apontou uma saída para a situação: "O professor Samsão [Woiler] sugeriu que no orçamento de 1998 conste uma verba para o Departamento gerir, aprovada pelo Conselho a partir de uma proposta do Departamento" (*Ata da 31ª reunião extraordinária do Conselho Curador*, 27 de outubro de 1997).



Na mesma reunião do Conselho foi debatida a "situação dos imóveis" alugados pela fundação. Localizados fora do campus, eles comportavam só uma pequena parte das atividades da FCAV. No debate, ficou evidenciado que o aparato administrativo da instituição permanecia no campus e tomava espaço do Departamento de Engenharia de Produção. Por outro lado, os membros do Conselho deixaram clara a importância, para a fundação, da permanência de suas atividades no interior do campus.

"A professora Márcia [Terra] pediu esclarecimentos sobre por que não se transfere parte da administração para os prédios, visto que há necessidade de espaço para o Departamento e a própria Fundação Vanzolini na USP. O professor Floriano ponderou que os prédios não são adequados, sendo melhor fazer um projeto de sede própria com local para os cursos e eventos em um terreno bem próximo da USP".

O professor Samsão Woiler sugeriu, como alternativa de solução para o problema levantado por sua colega, "que se ampliem as instalações na USP". Já o professor Laerte [Sznelwar] "enfatizou que é melhor investir na USP porque as atividades da Fundação Vanzolini são muito ligadas aos professores" (*Ata da 31ª reunião extraordinária do Conselho Curador*, 27 de outubro de 1997).

O teor dos debates revela, portanto, que os membros do Conselho não se sensibilizaram com os problemas eventualmente causa-

dos ao Departamento de Engenharia de Produção pela ocupação indevida de suas dependências pela FCAV. De fato, a instituição privada ainda ocupa diversas instalações da Escola Politécnica. No site da fundação, o endereço que consta é Professor Almeida Prado, 531 - 1º andar - Sala 102, Cidade Universitária. Ou seja: o endereço da Escola Politécnica.

Criada em 1967, a FCAV deu seu "pulo do gato" em matéria de receitas em 1990, quando assinou convênio com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) que a credenciou como organismo certificador. "Esse credenciamento permite à Fundação Vanzolini emitir certificados de Conformidade de Sistemas de Qualidade a ISO 9000 para empresas que pretendam operar segundo essa norma" (FCAV, *Relatório de Atividades de 1990*, p. 3). Isso abriu caminho para a FCAV disputar o rentável mercado da certificação, então ainda incipiente no Brasil.

Nos anos posteriores, a FCAV

"O Departamento apresenta um orçamento no

O professor Afonso Fleury, presidente da Fundação Vanzolini, justifica a existência da entidade em uma palavra: "agilidade". Quando se tem que agir rapidamente, diz, é preciso "ter mecanismos que são mais específicos". No seu entender, a redução de verbas orçamentárias nos últimos anos torna indispensável uma complementação para as unidades.

Ao final de cada ano, segundo ele, o Departamento de Engenharia de Produção orça as despesas que pretende fazer no período seguinte e para as quais conta com aporte de recursos da FCAV, e a entidade coloca esses recursos à disposição: "O objetivo maior da Vanzolini é apoiar o Departamento".

"Todas as reformas de telhado que a gente fez aqui foi com recursos da Vanzolini", exemplificou. Ao mesmo tempo, Fleury reconheceu que a FCAV permanece ao abrigo dos telhados da USP, ao admitir que persiste o "problema" da falta de espaço no Departamento e anunciar que um novo prédio deverá ser construído para substituir o atual ("ruim e pequeno", na sua opinião) e atender "fundamentalmente" o Departamento.

Depreende-se das palavras do presidente da FCAV a existência de forte identidade entre a instituição e o Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica: "Todos os professores do Departamento, sem exceção, participam de atividades da fundação".

Segundo Fleury, todas as decisões departamentais são tomadas em assembléia geral dos 42 professores. A assembléia elege os sete membros do Conselho Curador da FCAV, todos professores do Departamento. "E estes sete membros do Conselho Curador indicam a diretoria executiva, que são outros cinco professores do Departamento".

O professor Fleury não quis se deixar fotografar pelo repórter-fotográfico da Revista Adusp, embora tenha concordado em conceder uma entrevista. Alegou não ter "problema nenhum com associação de imagem, desde que a imagem da Vanzolini não esteja dissociada do Departamento". De acordo com ele, "estão achando que quem está na Vanzolini, quem está nas fundações, não é USP, e meu chapéu, minha camisa é USP".

A seguir, as principais declarações do professor Fleury.

Mercado da certificação

"Fomos uma das instituições que ganharam o projeto do Programa de Apoio na Capacitação em Ciência e Tecnologia, realizado com verbas do Banco Mundial, no sentido de entender a realidade da indústria brasileira frente às mudanças que já vinham se anunciando naquela época: automação, qualidade etc... Foi um projeto muito grande, muito importante, até hoje está rolando. A FEA ganhou parte do estudo, de comportamento empresarial, e a gente ganhou um projeto para analisar a produção industrial no Brasil. Posteriormente, como um subproduto, entramos na área de certificação. Hoje a Fundação Vanzolini é praticamente a única entidade nacional, brasileira, que permanece atuante neste mercado. Isso tem um valor absolutamente estratégico. Não diria que é a única nacional, outras certificam em nichos específicos. Mas associada a certificações por órgãos internacionais é a que ficou com a maior fatia,

seria credenciada pelo Inmetro a certificar conformidade a outras normas: ISO 90001/2/3, AVSQ'94 e QS-9000 para sistemas de qualidade; NBR ISO 14001 para Sistemas de Gestão Ambiental; OHSAS 18001 para Sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional; e Normas ONA para Acreditação de Organizações de Saúde.

Tão importante foi essa ampliação de atividades que, em dezembro de 1994, o Conselho Curador decidiu alterar os Estatutos para incluir um novo órgão na FCAV, o Conselho de Certificação, "exigência surgida do fato de ser a Fundação Vanzolini um órgão credenciado de certificação do Sistema Brasileiro de Certificação".

Desde então, a fundação conta com três órgãos dirigentes: a Diretoria Executiva, o Conselho de Certificação e o Conselho Curador. O Conselho também decidiu acrescentar, às finalidades da FCAV, a de "certificar a conformidade de produtos e sistemas de qualidade a normas e ou regulamentos" (artigo 1º, item "e" dos Estatutos).

FIM DO ANO, E NÓS VIABILIZAMOS", DIZ PRESIDENTE

e volto a apontar que é a única nacional que está concorrendo neste mercado."

Importância da fundação

"Fui chefe do Departamento neste período em que a Vanzolini cresceu, 1991-93, e de novo em 1995-97. O que a gente observou foi uma mudança na própria relação entre a USP e as suas diferentes unidades, por uma série de razões. Como chefe de departamento sentia a importância da fundação para a manutenção do desenvolvimento do departamento. A questão mais básica do mundo é orçamento de manutenção predial. Dez anos atrás, a gente não teria os problemas que temos hoje. Por exemplo reforma de telhado. Que é um item absolutamente banal. Todas as reformas de telhado que a gente fez aqui foi com recursos da Vanzolini. Diminuíram muito os recursos orçamentários. Tem que ter outros meios de complementação."

Orçamento

"O relacionamento com a USP é o ponto fundamental, toda a parte de apoio ao Departamento. No fim do ano o Departamento apresenta um orçamento, do que é preciso fazer no ano seguinte que depende de verba da fundação, e isso é disponibilizado. Outro ponto é o atendimento de todos os requisitos da USP nos termos de recolhimento. O objetivo maior da Vanzolini, por enquanto, é apoiar o Departamento. Então aquilo que o Departamento necessitar a gente viabiliza."

Regra do sistema

"Estes números são discutidos todo ano com a diretoria. Tem uma regra que faz parte do sistema: quem define questões nas unidades, sobre as fundações, são as respectivas diretorias de unidade."

O espaço no Departamento

"Continua este problema. Aqui onde a gente está é o primeiro prédio feito na USP. O Departamento cresceu e a gente não tem espaço. Estou desenvolvendo um projeto para o BNDES, tocando este projeto com um doutorando e dois estagiários. Estamos com um prédio que é ruim e ao mesmo tempo pequeno. Estamos com um projeto grande para ver como fazemos um prédio novo. A Vanzolini terá que jogar um papel importante neste processo, de como você gerencia um projeto desse. Mas é um prédio para atender fundamentalmente o Departamento."

TCE e contas irregulares

"As contas passam, mas eles julgam irregulares porque não fazemos concurso público para contratação. Nós julgamos que não estamos sujeitos, temos uma série de procedimentos para contratação que são colocados para o Tribunal de Contas do Estado, e temos nos pautado por isso. Todo o pessoal administrativo que entra aqui a gente segue um procedimento que usa uma firma externa, existe um concurso e uma avaliação, para cada posição tem que ter pelo menos três pessoas. O que não é possível é publicar no *Diário Oficial*."

Diferenças salariais

"O Estatuto da USP regra muito bem como que pode ser trabalhada esta questão. E a gente pauta nossa atuação em seguir o Estatuto direitinho. Você tem, pelo Estatuto, possibilidades, mesmo sem fundações, de se ter um diferencial. Isso independe das fundações."

Na mesma ocasião, outra alteração foi introduzida nos Estatutos, com o propósito expresso de "deixar bem caracterizada a localização da sede da Fundação", à rua Dr. Alberto Seabra, 1256, portanto fora do campus da USP (*Ata da 25ª reunião extraordinária do Conselho Curador*, de 20 de dezembro de 1994, p. 1 e 2).

O volume de recursos obtido com as certificações explica as mudanças. Em 1998, por exemplo, a certificação de sistemas rendeu à FCAV R$ 2.781.460,74, ao passo que a certificação de produtos gerou receita de R$ 127.061,78, num total de R$ 2.908.522,52. No ano seguinte, as receitas obtidas com a certificação cresceriam 26%, alcançando R$ 3.671.933,29.

Por outro lado, a FCAV vem efetuando repasses ao Inmetro, como contrapartida do convênio: em 1998, por exemplo, o órgão federal recebeu R$ 353.148,62 a título de remuneração pela licença concedida. Esse valor equivale a 12% dos ingressos obtidos com as certificações naquele ano (*Demonstração de Resultados do Exercício de 1998*).

A FCAV é hoje uma das maiores instituições do setor de certificação de qualidade, onde atuam cerca de 20 empresas, muitas delas estrangeiras. As maiores são a Bureau Veritas Quality International (BVQI) e a Det Norske Veritas (DNV). Maurício Venturini, gerente de certificação da DNV, acredita que a FCAV seja a quarta maior do setor no Brasil.

Como ocorre na maioria das fundações privadas existentes na USP, as contas da FCAV não explicitam o montante empregado na remuneração dos professores que participam de seus projetos. Uma pista para chegar-se a esse valor é o volume dos pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas, no item "despesas operacionais" das prestações de contas oficiais da fundação.

TABELA 5 - Despesas e superávit FCAV x repasses à USP

Ano	Pagamentos a p. físicas e jurídicas	Superávit	USP*
1998	5.175.838,74	523.820,69	310.142,92
1999	4.701.666,80	1.717.967,28	515.036,84
2000	6.169.792,58	1.454.310,60	728.472,28

* *Segundo os dados da Escola Politécnica.*

Fontes: FCAV, Demonstração do Superávit, Exercício Findo em 31 de dezembro de 2000 (itens Pagamentos e Superávit) e Direção da Escola Politécnica, 2001.

Em 1997, por exemplo, a FCAV desembolsou nada menos do que R$ 6.785.651,70 com pagamentos de serviços prestados, assim discriminados: "pessoas físicas com Imposto de Renda", R$ 993.361,09; "pessoas físicas sem Imposto de Renda", R$ 133.611,50; "pessoas jurídicas com Imposto de Renda", R$ 5.315.951,24; "pessoas jurídicas sem Imposto de Renda", R$ 342.727,87. Outros R$ 293.165,96 foram destinados ao item "cursos de extensão – professores" (conforme a *Demonstração de Resultados do Exercício de 1997*).

Em 2000, a FCAV pagou R$ 6,16 milhões a pessoas físicas e jurídicas

Nos anos seguintes os valores totais desses pagamentos declinaram, mas mantiveram-se ainda muito expressivos.

Em 1998, foi de R$ 5.175.838,74 o montante dos pagamentos, discriminados da seguinte forma: "serviços prestados – diversos", R$ 154.508,96; "pessoas físicas com Imposto de Renda", 477.682,86; "pessoas físicas sem Imposto de Renda", R$ 109.391,21; "pessoas jurídicas com Imposto de Renda", R$ 4.236.890,47; "pessoas jurídicas sem Imposto de Renda", R$ 351.874,20 (*Demonstração de Resultados do Exercício de 1998*).

Em 1999 o montante dos pagamentos foi de R$ 4.701.666,80, os quais foram assim discriminados: "serviços prestados pessoas físicas", R$ 495.845,15; "serviços prestados pessoas jurídicas com Imposto de Renda", R$ 3.984.102,05; "serviços prestados pessoas jurídicas sem Imposto de Renda", R$ 221.719,60 (*Demonstração de Resultados do Exercício de 1999*).

Em 2000, porém, o valor dos pa-

gamentos a pessoas físicas e jurídicas voltou a crescer. Foram R$ 449.191,06 pagos por "serviços prestados a pessoa jurídica sem Imposto de Renda", R$ 543.382,58 por "serviços prestados por pessoa física" e R$ 5.177.218,94 por "serviços prestados a pessoas jurídicas com Imposto de Renda". Ao todo, a FCAV desembolsou R$ 6.169.792,58 com tais pagamentos (*Demonstração do Superávit Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2000*).

Também poderemos ter uma idéia dos valores de remuneração dos docentes que participam das atividades da FCAV por meio da planilha fornecida pela Politécnica. Assim, em 2000 foi recolhida à Reitoria a verba de R$ 115.112,69, referente (supõe-se) a 5% do montante arrecadado por docentes em RDIDP. O montante, portanto, seria de R$ 2.302.253,80. Dos 40 docentes do Departamento de Engenharia de Produção, somente 19 são em RDIDP, o que permite chegar-se à remuneração adicional média por docente, neste ano, da ordem de R$ 121.171,25.

Quando comparamos as quantias destinadas ao pagamento de pessoas físicas e jurídicas aos valores repassados anualmente à USP, notamos que estes são muito menores, mesmo se usada a planilha da Politécnica (**tabela 5**). Também os superávits são muito superiores aos repasses à USP: em 1999, o superávit representou o triplo do valor repassado. Os números indicam, portanto, que os recursos que entram na FCAV são apropriados, em sua maior parte, privadamente.

Fac-símile do demonstrativo financeiro de 2000

O novo campo de atuação da fundação, para a qual ela tem planos ambiciosos, é a área de educação à distância. "Utilizando as tecnologias de informação disponíveis", diz o site da FCAV, "visa-se a realização de estudos individuais ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora. Tais métodos servirão como instrumentos para capacitação à distância, podendo atingir todo o país, ou mesmo países vizinhos".

Fundação vai gerenciar verba de R$ 12 milhões do curso de educação à distância do governo de SP

A fundação acaba de receber a incumbência de gerenciar o polêmico curso de educação à distância para professores do ensino fundamental (Programa de Educação Continuada de Formação de Professores, ou PEC-Forprof), promovido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em convênio com as universidades estaduais paulistas. O Reitor da USP assinou o convênio antes mesmo que ele fosse apreciado pela Congregação da Faculdade de Educação.

De acordo com o presidente da FCAV, professor Afonso Fleury, o projeto envolve "recursos administrados" de R$ 12,130 milhões em dois anos e cerca de 200 pessoas. "É o valor que a Secretaria disponibiliza para o gerenciamento do projeto. Não é para a Vanzolini", disse Fleury.

O professor não quis informar quanto a fundação cobrará pelo serviço previsto no contrato FDE 42/0198/01/04. Apenas respondeu, curiosamente: "O superávit a partir de uma gestão eficiente do projeto. Aquilo que a gente economizar é a nossa remuneração do projeto".

Ele afirmou que o processo de licitação foi por carta-convite: "Sabemos que o convite foi para três instituições. E a gente ganhou o projeto". O diretor-técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Guilherme Nasri Alberine, informa que o limite de valor para a modalidade carta-convite é de R$ 150.000,00. RA